

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.789.984 - PR (2019/0001101-5)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**RECORRENTE : ELIELTON LOPES DA SILVA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**EMENTA**

PENAL. RECURSO ESPECIAL. DESOBEDIÊNCIA. ART. 330 DO CÓDIGO PENAL. ALEGADA ATIPICIDADE DE CONDUTA. EXISTÊNCIA DE PENALIDADE NA SEARA ADMINISTRATIVA. DESATENDIMENTO DE ORDEM DE PARADA EMANADA DE POLICIAIS MILITARES NO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE OSTENSIVA. TIPICIDADE. SÚMULA 568/STJ. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por **ELIELTON LOPES DA SILVA**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, contra o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fls. 345-346):

*"PENAL. DESOBEDIÊNCIA. ART. 330 DO CÓDIGO PENAL. DESATENDIMENTO DE ORDEM DE PARADA EMANADA DE POLICIAIS MILITARES. ATIVIDADE OSTENSIVA. TIPICIDADE. AUTODEFESA. INEXISTÊNCIA. ANTECEDENTES E CIRCUNSTÂNCIAS. VALORAÇÃO NEGATIVA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA. ART. 44, I, DO CP. IMPOSSIBILIDADE. INABILITAÇÃO PARA DIRIGIR. MANUTENÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA.*

*1. O desatendimento de ordem de parada dada por policiais em atividade ostensiva, como é o caso em que a Polícia Militar averiguava notícia-crime recebida, é conduta formalmente típica, conforme entendimento do STJ. Ademais, assentado pela Quarta Seção deste Tribunal que "é inafastável a tipicidade da conduta do agente que, a fim de encobrir ou facilitar a prática de outro ilícito, desobedece ordem legal de funcionário público, furtando-se à fiscalização" (QO na ACR 5003809-94.2016.4.04.7115, j. 19/07/18).*

*2. Constatado que o apelante agiu consciente e*

*voluntariamente, desobedecendo à ordem legal e lícita de servidor público competente (policia militar) no exercício de suas funções (art. 144, II, da CRFB), inexistindo excludentes de antijuridicidade ou culpabilidade, a condenação pelo crime de desobediência é medida que se impõe.*

3. *Haja vista que o julgador de primeiro grau individualizou a pena, examinando com acuidade os elementos dos autos, bem como obedecendo todos os critérios estabelecidos no art. 59 do Código Penal, não há como se falar em reforma da sentença no tocante à redução da pena, eis que a reprimenda deve conter a valoração negativa dos critérios de "antecedentes" e de "circunstâncias" e, por consequência, ser exasperada.*

4. *Em razão da aplicação da regra do concurso material (contrabando, receptação, atividade de telecomunicação contra o disposto em lei e desobediência), o total de pena privativa de liberdade imposta ao réu corresponde a 4 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão, de forma que o pleito de substituição encontra óbice no art. 44, I, do CP.*

5. *Mantido o efeito de inabilitação para dirigir veículo se, conforme as circunstâncias do caso, for importante sua finalidade dissuasória, bem como se comprovado que a utilização do veículo foi imprescindível ao iter criminis de delitos dolosos.*

6. *Encerrada a jurisdição criminal de segundo grau, deve ter início a execução da pena imposta ao réu, independentemente da eventual interposição de recurso especial ou extraordinário."*

Nas razões do recurso especial (fls. 353-563), a parte recorrente sustenta a violação do art. 330 do Código Penal, ao argumento de que a conduta do delito de desobediência à ordem policial de parada do veículo é atípica, uma vez que se refere à sanção administrativa do Código Nacional de Trânsito.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 373-388), o recurso foi admitido na origem e os autos ascenderam a esta eg. Corte de Justiça.

O Ministério Público Federal apresentou parecer pelo **não conhecimento** do recurso especial (fls. 405-413).

É o relatório.

**Decido.**

**O recurso não merece prosperar.**

Consta dos autos que a parte recorrente foi condenada às penas de **04 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e de pagamento de 90 (noventa) dias-multa**, pela prática dos delitos previstos nos artigos 180, **caput**, 330, 334-A, §1º, inciso I, todos do Código Penal e 70 da Lei n. 4.117/62.

Em segunda instância, o eg. Tribunal **a quo** negou provimento ao apelo interposto pelo ora recorrente.

Sobreveio o presente recurso especial, no qual, consoante relatado, pretende-se a absolvição por alegada atipicidade de conduta.

Pois bem.

O recurso, em síntese, versa sobre a dúvida acerca da constituição do crime de desobediência referente à negativa de cumprir ordem de parada de veículo, emanada de policial militar quando da sua atribuição ordinária de prevenção e repressão de delitos.

Dessarte, o art. 195 do Código de Trânsito Brasileiro estabelece que constitui infração grave, punível com multa, desobedecer às ordens emanadas da autoridade competente de trânsito ou de seus agentes, **in verbis**:

*"Art. 195. Desobedecer às ordens emanadas da autoridade competente de trânsito ou de seus agentes:*

*Infração - grave;*

*Penalidade - multa."*

Nota-se, pois, que para a configuração de referida infração administrativa de trânsito a ordem deve emanar **da autoridade de trânsito ou de seus agentes**.

Segundo jurisprudência deste Tribunal Superior, **a desobediência à ordem de parada emitida pela autoridade de trânsito ou por seus agentes, ou mesmo por policiais ou outros agentes públicos no**

**exercício de atividades relacionadas ao trânsito, não constitui crime de desobediência**, pois prevista sanção administrativa específica no art. 195 do Código de Trânsito Brasileiro, o qual não estabelece a possibilidade de cumulação de sanção penal. Assim, em razão dos princípios da subsidiariedade do Direito Penal e da intervenção mínima, inviável a responsabilização da conduta na esfera criminal.

Nesse sentido o seguinte julgado desta Corte Superior:

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DESOBEDIÊNCIA E TRÁFICO DE DROGAS. PACIENTE CONDENADO, RESPECTIVAMENTE, ÀS PENAS DE 15 DIAS DE DETENÇÃO, EM REGIME ABERTO, E 2 ANOS E 6 MESES DE RECLUSÃO, EM REGIME SEMIABERTO. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA ATIPICIDADE DA CONDUTA DESCRITA NO ART. 330 DO CP. ACOLHIMENTO. ATIPICIDADE EVIDENCIADA. PEDIDO DE FIXAÇÃO DO REGIME ABERTO E APLICAÇÃO DO ART. 44 DO CP. INVIABILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. QUANTIDADE E NOCIVIDADE DA DROGA APREENDIDA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. [...]**

**- Em atenção ao princípio de intervenção mínima do Direito Penal - ultima ratio -, esta Corte tem entendido que, para configurar o crime de desobediência (art. 330 do Código Penal), não basta o descumprimento de ordem legal emanada por funcionário público competente, é indispensável que inexistam sanção administrativa ou civil determinada em lei específica no caso de descumprimento do ato.**

**- No caso, infere-se que o paciente não obedeceu à ordem legal dos policiais rodoviários federais para que parasse, conduta esta prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro em seu art. 195. Assim, havendo previsão, na seara administrativa, para a conduta do cidadão que não obedece à ordem de parada do agente de trânsito, gênero do qual é espécie o policial rodoviário federal, e não sendo cumulada a possibilidade da infração administrativa com a de natureza penal, não há que se falar na tipificação do delito descrito no art. 330 do CP. Precedentes.**

**[...]**

**- Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício, apenas para absolver o paciente da conduta descrita**

*no art. 330 do Código Penal, mantidos os demais termos da condenação" (HC n. 348.265/SC, **Quinta Turma**, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 26/8/2016, grifei).*

Também nesse sentido as decisões da em. Ministra Maria Thereza de Assis Moura no REsp n. 1.574.829/PR e no REsp. n. 1.630.708/SC, e do em. Ministro Jorge Mussi no REsp n. 1.594.495/PR.

**No presente caso, contudo**, a ordem de parada não foi dirigida por autoridade de trânsito e nem por seus agentes, mas por policiais militares, no exercício de atividade ostensiva destinada à prevenção e à repressão de crimes, durante fiscalização de rotina, conforme restou expressamente consignado no v. acórdão recorrido (fls. 335-340):

*"O apelante ELIELTON LOPES DA SILVA busca a sua absolvição em relação ao delito de desobediência, alegando atipicidade.*

*Primeiramente, registro que esta Corte adotava entendimento de que não se caracteriza o delito de desobediência quando prevista pela lei a aplicação de sanções administrativas para a conduta desobediente do agente, deixando de ressaltar, expressamente, a incidência concorrente da norma penal incriminadora atinente ao crime de desobediência (EINuI 5001780-84.2014.4.04.7004, QUARTA SEÇÃO, juntado aos autos em 29/11/2017).*

*[...]*

*Essa última situação é a que ocorreu nos autos. A ordem de parada para fiscalização foi dada por policiais militares que estavam em patrulhamento de rotina em Missal/PR, na Rodovia 495, quando verificaram dois veículos em sentido contrário, um TOYOTA/COROLLA com placas AUV- 7717 e uma caminhonete não identificada, que, ao avistarem a viatura da Polícia Militar, desviaram para uma estrada vicinal, momento pelo qual se desencadeou uma perseguição.*

*Após aproximadamente 6km de perseguição, os veículos foram surpreendidos por uma carreta atravessada na via e foram obrigados a parar, momento em que os policiais fizeram a abordagem. No entanto, os veículos aceleraram em direção ao policial, o qual efetuou dois disparos com o fim de se defender. Retomou-se a perseguição que terminou quando os policiais avistaram um dos veículos perseguidos, Toyota/Corolla, acidentado na beira da pista. Próximo ao veículo, caído na via, estava o réu ELIELTON. Foram encontrados dentro do veículo 17.000 (dezessete mil) maços de cigarros de origem e procedência estrangeiras.*

*Nesse contexto, o desatendimento já deveria ser tido como*

*formalmente típico.*

*[...]*

*Portanto, uma vez constatado que o apelante agiu consciente e voluntariamente, desobedecendo à ordem legal e lícita de servidor público competente (policial militar) no exercício de suas funções (art. 144, II, da CRFB), inexistindo excludentes de antijuridicidade ou culpabilidade, a condenação pelo crime de desobediência é medida que se impõe."*

**Desta forma, restou configurada a responsabilização criminal do ora recorrente pelo delito de desobediência tipificado no art. 330 do Código Penal.**

Sobre a tipificação do delito de desobediência no caso de não atendimento a ordem de parada emitida por policial no exercício da atividade ostensiva de combate ao crime, confirmam-se os seguintes julgados:

**"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. ART. 330 CP. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM DE PARADA EMANADA DE POLICIAIS MILITARES NO DESEMPENHO DE ATIVIDADE OSTENSIVA. TIPICIDADE. PRECEDENTES.**

*1. O crime de desobediência configura-se quando houver o descumprimento de ordem de parada emitida por agente público, no contexto de atividade de policiamento ostensivo de segurança pública, ante a suspeita de práticas ilícitas.*

*2. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1753751/MS, Sexta Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 30/08/2018).*

**"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. ATUAÇÃO DOS POLICIAIS NA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO CRIME. FUGA DO AGENTE APÓS ORDEM DE PARADA. CONFIGURAÇÃO DO CRIME. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Inexiste ofensa ao princípio da colegialidade nas hipóteses em que a decisão monocrática foi proferida em obediência ao art. 932 do Código de Processo Civil - CPC e art. 3º do Código de Processo Penal - CPP, por se tratar de recurso em confronto com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ ou quando o acórdão é contrário à orientação desta Corte.**

2. O julgamento colegiado do agravo regimental supre eventual vício da decisão agravada.

3. O entendimento do Tribunal a quo destoa da orientação jurisprudencial desta Corte, **porquanto a atuação dos policiais na prevenção e repressão do crime, foi voltada à abordagem do réu, o qual empreendeu fuga por estar transportando drogas, restando configurado o crime de desobediência.**

Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1307608/MS, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, DJe 10/10/2018, destaquei)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. OFENSA AO PRINCÍPIO DO COLEGIADO. INOCORRÊNCIA. 2. PENA-BASE. EXAME DE PROVA. 3. CONDENAÇÃO ANTERIOR TRANSITADA EM JULGADO. 4. DESOBEDIÊNCIA. PERSEGUIÇÃO POLICIAL. ABSOLVIÇÃO. SÚM. 7/STJ. 5. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

**4 - A conduta imputada a ALEXANDER DE OLIVEIRA DA SILVA, que dirigindo motocicleta recusou-se a atender ordem de parar proferida por policiais federais, amolda-se ao tipo penal do art. 330 do CP.**

Rever tal entendimento implica em exame aprofundado do material fático-probatório, inviável em recurso especial.

5 - Agravo regimental improvido" (AgRg no AREsp n. 525.423/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Leopoldo de Arruda Raposo** - Desembargador convocado do TJ/PE, DJe de 13/5/2015, grifei).

Assim, considerando que o v. acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência desta **Corte Superior de Justiça** acerca do tema, incide a **Súmula 568/STJ**, que assim dispõe "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso, quando houver entendimento dominante acerca do tema*".

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

P. e I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

